



**CONTAS 2016**

**“A NOSSA CASA”**

# FUNDAÇÃO

## “A NOSSA CASA”

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DEZEMBRO DE 2016

**FUNDAÇÃO A NOSSA CASA**  
**Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2016**  
 (Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
<b><i>Activo</i></b>			
Activos fixos tangíveis	5	350 532,92	370 127,33
Outros investimentos financeiros		293,66	212,39
Total dos Activos Não Correntes		<u>350 826,58</u>	<u>370 339,72</u>
Inventários		0,00	0,00
Clientes	6	6 968,00	3 975,10
Outras contas a receber		843,00	775,00
Deferimentos		1 501,10	1 822,70
Caixa e depósitos bancários	4	<u>195 836,07</u>	<u>195 025,80</u>
Total dos Activos Correntes		<u>205 148,17</u>	<u>201 598,60</u>
		<u>555 974,75</u>	<u>571 938,32</u>
<b><i>Fundos Patrimoniais e Passivo</i></b>			
<b><i>Fundos Patrimoniais</i></b>			
Fundos		14 019,44	14 019,44
Resultados transitados		441 391,46	435 653,81
Resultado líquido do exercício		<u>-8 530,31</u>	<u>5 737,65</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>446 880,59</u>	<u>455 410,90</u>
<b><i>Passivo</i></b>			
Financiamentos obtidos	7	<u>102 344,69</u>	<u>109 613,18</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>102 344,69</u>	<u>109 613,18</u>
Fornecedores		694,95	1 137,78
Outras contas a pagar	8	0,00	155,37
Estado e outros ent.pub		6 054,52	5 621,09
Diferimentos			
Outros passivos financeiros			
Total dos Passivos Correntes		<u>6 749,47</u>	<u>6 914,24</u>
Total do Passivo		<u>109 094,16</u>	<u>116 527,42</u>
		<u>555 974,75</u>	<u>571 938,32</u>

## FUNDAÇÃO A NOSSA CASA

Demonstração dos Resultados Individuais  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Vendas de mercadorias		-	-
Prestação de serviços		97 074,50	105 994,50
Subsídios à exploração		224 773,34	288 955,95
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-24 625,80	-34 967,73
Fornecimentos e serviços externos		-76 120,58	-86 723,77
Gastos com o pessoal		-208 042,80	-253 284,90
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		9 028,53	9 213,78
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>22 087,19</b>	<b>29 187,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	-28 096,74
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>22 087,19</b>	<b>1 091,09</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		917,16	9 842,36
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>23 004,35</b>	<b>10 933,45</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>23 004,35</b>	<b>10 933,45</b>

# FUNDAÇÃO

## “A NOSSA CASA”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DEZEMBRO DE 2016

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	6
NOTA 1. Identificação Entidade .....	7
NOTA 2. Referencial contabilístico das demonstrações financeiras .....	7
NOTA 3. Principais políticas contabilísticas .....	8
NOTA 4. Fluxos de caixa .....	10
NOTA 5. Ativos fixos tangíveis .....	11
NOTA 6. Clientes .....	11
NOTA 7. Financiamentos obtidos.....	12
NOTA 8. Outras contas a pagar .....	12
NOTA 9. Vendas e prestações de serviços .....	12
NOTA 10. Subsídios à Exploração .....	13
NOTA 11. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..	13
NOTA 12. Fornecimento e serviços externos .....	13
NOTA 13. Gastos com o pessoal .....	14
NOTA 14. Outros rendimentos e ganhos.....	15
NOTA 15. Acontecimentos após data de balanço .....	15

## NOTA 1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

### 1.1 | Designação da entidade

Fundação A Nossa Casa.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e utilidade pública, reconhecida como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme despacho da Segurança Social nº6/83, conforme registo nº66/82.

### 1.2 | Sede

Largo Zulmira Sousa Belino  
6290-527 Gouveia

### 1.3 | NIPC

501 149 112

### 1.4 | Natureza da atividade

A Fundação foi constituída em 1982 por iniciativa da Congregação das Irmãs de S. João Batista em cumprimento e fomento das disposições da doação feita pela Dona Zulmira de Sousa Belino à mesma Congregação.

Esta fundação prossegue fins sociais nas áreas de apoio à terceira idade, à infância e juventude, mais concretamente nas valências de Centro de dia, SAD, Creche, Pré-escolar e cATL, além de fins estritamente religiosos, de acordo com os respetivos estatutos.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do artº 10º do CIRC. Para o efeito é necessária a observância continuada de requisitos enumerados no citado artigo, merecendo destaque a afetação aos fins estatutários, de pelo menos 50% do rendimento global líquido, que estaria sujeito a tributação nos termos gerais. Decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos diferidos relacionados com diferenças entre a base contabilística e fiscal dos seus ativos e passivos.

1.5 | Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

## NOTA 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas de acordo com a NCRF-ESNL (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo) aprovado pelo Decreto de Lei nº36-A/2011, de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) – Portaria nº106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI);

Sempre que as NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC

**2.2 | Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e seu reconhecimento que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamento materiais ao valor dos ativos e passivos.

**2.3 | Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, são comparáveis as do corrente ano.

### **NOTA 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1 | Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com a NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### **3.2 | Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade. O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos líquidos de impostos, pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

#### **3.3 | Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

#### **3.4 | Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



### 3.5 | Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

### 3.6 | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, por duodécimos e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### 3.7 | Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – levou ao registo dos imóveis urbanos de rendimento como Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11).

Nos termos do paragrafo 30 e 58 da NCRF 11, os referidos imóveis, foram mensurados ao custo deduzido das respetivas depreciações.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método da quotas constantes, por duodécimos e em conformidade com o período de vida útil estimado.

### 3.8 | Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

### 3.9 | Inventários

Os inventários de mercadorias e matérias primas e subsidiárias foram valorizados pelo custo de aquisição. Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao justo valor, considerando que o mesmo corresponde ao valor de uso.

### 3.10 | Ativos Biológicos

Os ativos biológicos de produção deverão ser mensurados (no reconhecimento inicial e em data de balanço) pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda, salvo se o justo valor não for fiavelmente estimado, caso em que serão mensurados pelo custo menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

### 3.11 | Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.12 | Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

- Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

- Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é imaterial.

### 3.13 | Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

### 3.14 | Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.15 | Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

## NOTA 4 | FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Caixa	215.96	104,97
Depósitos à ordem	30.736.98	68.270,83
Depósitos à prazo	164.883.13	126.650,00
	<u><u>195.836.07</u></u>	<u><u>195.025,80</u></u>

Esses fluxos foram considerados de forma desagregada, pelas atividades operacionais, investimento e financiamento, tendo-se observado diferimentos entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

### NOTA 5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	60 766,80 €	- €	- €	- €	- €	60 766,80 €
Edifícios e outras construções	805 913,74 €	5 240,00 €	- €	- €	- €	811 153,74 €
Equipamento básico	120 231,60 €	- €	- €	- €	- €	120 231,60 €
Equipamento de transporte	91 453,45 €	24 723,36 €	- €	- €	- €	116 176,81 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	23 975,23 €	3 441,54 €	- €	- €	- €	27 416,77 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<u>1 102 340,82 €</u>	<u>33 404,90 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>1 135 745,72 €</u>

	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	13 381,00 €	- €	- €	- €	- €	13 381,00 €
Edifícios e outras construções	504 430,49 €	25 120,76 €	- €	- €	- €	529 551,25 €
Equipamento básico	95 321,60 €	4 492,49 €	- €	- €	- €	99 814,09 €
Equipamento de transporte	88 324,45 €	9 441,34 €	- €	- €	- €	97 765,79 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	23 975,15 €	1 131,11 €	- €	- €	- €	25 106,26 €
	<u>725 432,69 €</u>	<u>40 185,70 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>765 618,39 €</u>

### NOTA 6 | CLIENTES

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	60 766,80 €	- €	- €	- €	- €	60 766,80 €
Edifícios e outras construções	811 153,74 €	23 370,00 €	- €	- €	- €	834 523,74 €
Equipamento básico	120 231,60 €	1 683,54 €	- €	- €	- €	121 915,14 €
Equipamento de transporte	116 176,81 €	- €	- €	- €	- €	116 176,81 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	27 416,77 €	- €	- €	- €	- €	27 416,77 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	699,00 €	- €	- €	- €	699,00 €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<u>1 135 745,72 €</u>	<u>25 752,54 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>1 161 498,26 €</u>

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	13 381,00 €	- €	- €	- €	- €	13 381,00 €
Edifícios e outras construções	529 551,25 €	29 530,37 €	- €	- €	- €	559 081,62 €
Equipamento básico	99 814,09 €	5 098,63 €	- €	- €	- €	104 912,72 €
Equipamento de transporte	97 765,79 €	9 441,34 €	- €	- €	- €	107 207,13 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	25 106,26 €	577,61 €	- €	- €	- €	25 683,87 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	699,00 €	- €	- €	- €	699,00 €
	<u>765 618,39 €</u>	<u>45 346,95 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>810 965,34 €</u>

O detalhe da rubrica “Clientes”, registados em ativos correntes, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes gerais		843,00 €		701,10€
Utentes c/c	- €	6.968,00 €	- €	3.274,00 €
	- €	<b>7.811,00 €</b>	- €	<b>3.975,10 €</b>
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	<b>7.811,00 €</b>	- €	<b>3.975,10 €</b>

### NOTA 7 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos”, enquanto passivo não corrente, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros empréstimos	102.344,69 €	- €	109.613,18 €	- €
	<b>102.344,69 €</b>	- €	<b>109.613,18 €</b>	- €

### NOTA 8 | OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe da rubrica “Outras contas a pagar” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores p/acrécimo de rendimento	- €	0 €	- €	155,37 €
	- €	0 €	- €	155,37 €

### NOTA 9 | VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Vendas e Prestações de serviços” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
Matriculas e Mensalidades	109.297,35	-	109.297,35	104.872,50	-	107.872,50
	<b>109.297,35</b>	-	<b>109.297,35</b>	<b>104.872,50</b>	-	<b>104.872,50</b>

**NOTA 10 | SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a informação relativa aos subsídios obtidos do governo é como segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Comparticipações - Acordos Cooperação SS	265.203,65	262.055,46
IEFP	9.236,80	12.211,84
Município	100,00	0,00
Donativos/Legados	8.013,45	10.510,56
	<u><b>282.553,90</b></u>	<u><b>284.777,86</b></u>

**NOTA 11 | CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA E MATÉRIA CONSUMIDA**

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue, não existe stock de géneros alimentares:

	<u>31-Dez-16</u>			<u>31-Dez-15</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	- €	€	- €	- €	€	- €
Regularizações	- €	€	- €	- €	€	- €
Compras géneros alimentares	47.553,85 €	€	47.553,85 €	38.573,48 €	€	38.573,48 €
CEVMC	47.553,85 €	€	47.553,85 €	38.573,48 €	€	38.573,48 €
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>- €</u>	<u>€</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>€</u>	<u>- €</u>

**NOTA 12 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-15</u>
Subcontratos	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>28.897,52</b>	<b>37 851,80</b>
Honorários	333,00	217,66
Trabalhos especializados	4.502,00	5 141,65
Publicidade	-	-
Conservação e Reparação	24.062,52	32 492,49
Outros serviços	-	-
<b>Materiais</b>	<b>3 853,43</b>	<b>3 718,41</b>
Livros e documentação técnica	284,00	572,73
Material de escritório	671,44	504,82
Artigos para oferta	36,10	83,96
Ferramentas e utensílios	1412,41	1 205,66
Material didático	1296,02	1 351,34
Outros	153,46	0,00

<b>Energia e fluídos</b>	<b>40 237,17</b>	<b>46 536,10</b>
Eletricidade	15 557,40	17 135,15
Combustíveis	20 555,53	25 564,58
Gás	2 575,95	2 784,25
Água	1 548,29	1 052,12
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 016,38</b>	<b>529,79</b>
Deslocações e estadas	1 963,64	390,80
Transporte de pessoal	0,00	99,00
Outros	52,74	39,99
<b>Serviços diversos</b>	<b>9 260,18</b>	<b>7 886,77</b>
Rendas e alugueres	1 476,00	1 088,24
Comunicação	843,30	832,65
Seguros	3 806,52	2 219,81
Despesas de Representação	-	1 789,90
Limpeza higiene e conforto	3 134,36	1 956,17
<b>Encargos c/utentes</b>	<b>228,85</b>	<b>513,70</b>
Vestuário/calçado	-	143,59
Encargos de saúde	-	73,03
Outros	228,85	297,08
	<b>84 493,53</b>	<b>97 036,57</b>

### NOTA 13 | GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se da seguinte forma:

	31-Dez-15	31-Dez-16
Remunerações do pessoal	204 113,00	212 403,77
Encargos sobre remunerações	41 149,99	42 339,31
Seguros	1 133,36	986,73
Outros gastos com pessoal	886,76	793,70
	<b>247.283,11</b>	<b>256 523,51</b>

O número médio de pessoas ao serviço durante o ano de 2016 foi de 19 colaboradores.

Assistente Social/Diretora técnica/Diretora	1
Educadora de Infância	5
Auxiliar serviços gerais	3
Cozinheira	2
Motorista	1
Prof. Educação física	1
Educadora social	1
Auxiliar de educação	1
Ajudante ação educativa	2
Ajudante ação direta	1
Técnica serviços administrativos	1

**NOTA 14 | OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-16</u>
Rendimentos suplementares	34.083,26	24.633,85
Ganhos em inventários	1.675,00	-
Rend/ganhos inv.não financ.	5.674,00	5.324,00
Outros rendimentos e ganhos	3.385,29	3.973,34
	<u><u>44.817,55</u></u>	<u><u>33.921,19</u></u>

**NOTA 15 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO****15.1 | Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

Os órgãos sociais da Fundação não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

**15.2 | Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 24 de Março de 2017.

O Conselho Fiscal tem o poder de mandar alterar as demonstrações financeiras, caso existam distorções materialmente relevantes.

**15.3 | Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.**

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

**37.4 | Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos**

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que dariam lugar a ajustamentos.

A Direção

(Conceição Fernandes)

O TOC

(Teresa Torres)